

História oral e militância política: o caso do Movimento das Comunidades Populares

Mariana Affonso Penna*

Apresentação

A história oral é um instrumento metodológico que possibilita investigar lembranças e esquecimentos de cada indivíduo e, também, reunir evidências de processos mais amplos e coletivos de construção de um passado comum e compartilhado. No estudo da história de movimentos sociais, essa contribuição permite trazer à tona um pouco da subjetividade de indivíduos que protagonizaram suas ações políticas. Para isso, é essencial entender os sentidos e as motivações que embasam o engajamento daquelas pessoas nas coletividades em que tomaram parte em algum momento. Assumindo a ideia de “cruzamento de subjetividades”, proposta por Alessandro Portelli, é possível identificar quais elementos são compartilhados e por quem, assim como observar possíveis dissensos, silêncios e omissões (Portelli, 1991, 1996, 1997, 2010). Com isso, é possível compreender as formas diferenciadas de militância, os tipos de engajamento que se desenvolvem e o contínuo reelaborar de suas memórias.

Este artigo aborda a experiência específica do Movimento das Comunidades Populares (MCP). O trabalho com as fontes orais teve por função atentar para alguns dos indivíduos que fizeram a história daquela coletividade.

* Professora de História do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS). E-mail: mariana.penna@riogrande.ifrs.edu.br; mariana.penna@yahoo.com.br.

A intenção foi, conforme nos ensina Paul Thompson, utilizar o potencial da história oral de lançar “a vida para dentro da própria história”, de forma a alargar “seu campo de ação” (Thompson, 1992, p. 44).

Emergência e trajetória do movimento

O Movimento das Comunidades Populares tem uma trajetória de pelo menos 48 anos, mesmo que adotando diferentes nomes durante sua caminhada. Atua em cerca de cinquenta comunidades, aglutinando aproximadamente quinze mil pessoas em catorze estados brasileiros. Em regiões de periferia, principalmente favelas urbanas e áreas rurais empobrecidas, desenvolve ao menos uma das várias atividades que entende ser necessárias à construção de uma nova sociedade: escolas comunitárias de educação infantil, escolas de reforço escolar e creches, cursos de formação profissional, grupos de teatro, grupos de saúde (ginástica para idosos, produção de remédios caseiros), “minibanco” popular, grupos de trabalho, produção e venda coletivas, grupos de futebol, grupos de dança e teatro, almoços coletivos, festas populares, campanhas variadas, entre outras.

Todos esses trabalhos são apresentados na estratégia do movimento – divulgada em seus jornais, encontros, eventos e documentos internos – como germens da sociedade que desejam construir, ou, conforme a própria nomenclatura empregada pelos ativistas, “colunas” do novo mundo que desejam edificar. Em outras palavras, o Movimento das Comunidades Populares acredita estar erguendo as bases de um novo modo de produção e de uma nova sociedade. Essa sociedade surgiria justamente a partir das comunidades populares (favelas e áreas rurais pobres nas quais o movimento desenvolve seu trabalho político), que, uma vez articuladas entre si, através do movimento, poderiam conquistar um governo popular e, posteriormente, através da generalização da vida comunitária, alcançar a superação da sociedade de classes, edificando finalmente uma espécie de socialismo comunitário:

A esquerda precisa fazer uma profunda autocrítica e se convencer de uma vez por todas que é preciso ‘antes de ensinar o povo, aprender com ele’. O que significa isso? Significa buscar na história do povo brasileiro, índios, negros, camponeses e operários qual é o caminho para sua libertação. Aí descobriremos que as massas populares sempre buscaram na prática

comunitária a solução para os seus problemas, na democracia participativa direta a sua política, e na fé libertadora a sua religião. Os exemplos mais conhecidos são a República Guarani, o Quilombo de Palmares, a Comunidade Camponesa de Canudos e a Comunidade Operária e Popular de Nova Lima.

Só assim vamos criar o Poder Popular para um dia conquistarmos um Governo Popular de baixo para cima. Um governo que mude o modelo econômico atual para uma economia coletiva baseada na ideologia comunitária. (Para entender..., 2006).

A prática concreta de desenvolver trabalhos comunitários, assim como a estratégia da ação coletiva como meio para chegar ao “poder popular”, à utopia, é fruto de uma longa trajetória, marcada por mudanças e permanências. A configuração atual decorre de um processo de mais de quarenta anos. Nos diversos documentos levantados, assim como nas entrevistas realizadas para a minha pesquisa de doutoramento (Penna, 2016),¹ percebe-se que a memória oficial do MCP atribui sua origem à Juventude Agrária Católica (JAC), parte da Ação Católica Brasileira.² Em 1969, ativistas da JAC, motivados pela aproximação ao pensamento marxista³ e pelas mudanças na conjuntura política brasileira, marcada pela ampliação da repressão através de medidas como o Ato Institucional nº 5, discutiram a necessidade de organizar um movimento com proposta claramente anticapitalista. Surgiu assim o Movimento de Evangelização Rural (MER), que focava seu trabalho na

-
- 1 Foram levantadas fontes em dois acervos principais: um proveniente da direção do movimento, localizado em sua sede em Feira de Santana, outro proveniente de um grupo de egressos do movimento nos anos 1980, preservado e arquivado por um de seus militantes em São José dos Campos, além de materiais diversos disponibilizados por outros militantes individualmente. Parte dessa documentação foi digitalizada para os fins desta pesquisa, constituindo-se de mais de quatro mil páginas, totalizando 949 documentos no formato de panfletos, boletins, jornais, fotografias, vídeos, relatórios e cadernos de cânticos. Além desses, há dois livros de memórias, quatro livretos de formação política, os 31 exemplares que compõem a coleção do jornal *Voz das Comunidades* (2006-2017), 15 números do jornal *Voz da Juventude* (2009-2014). Dentre o material disponibilizado pela ONG Action Solidarité Tiers Monde (que apoia o MCP) em sua sede na cidade de Luxemburgo, acessei diversos panfletos, prestação de contas, boletins e livretos sobre movimentos sociais apoiados pela instituição. Somam-se ao material impresso 26 entrevistas gravadas em áudio: 23 com militantes em diferentes posições de poder e com diferentes atribuições e atuações no interior do movimento e outras três com militantes egressos.
 - 2 Sobre a Ação Católica Brasileira, ver Souza (2004) e Löwy (1991, 1987, 1989, 1996).
 - 3 Essa aproximação ocorreu também nos outros grupos de juventude católica, especialmente a Juventude Estudantil Católica, a Juventude Operária Católica e a Juventude Universitária Católica. A respeito desse tema, ver Ridenti (1998).

organização de comunidades eclesiais de base e de sindicatos rurais, na luta pela posse da terra para os posseiros e na promoção de trabalhos comunitários que melhorassem a vida dos pequenos proprietários rurais:

A partir de um encontro do Conselho nacional do Movimento, realizado na Bahia em julho de 1969, o movimento começou a mudar. Com a assessoria de pessoas com mais visão científica da realidade, descobriu-se que o movimento era idealista. Por isso não tinha presença no processo de luta política em curso no nosso país. A principal decisão do encontro foi transformar a JAC em um movimento camponês. O objetivo era participar do processo de transformação que estava havendo no meio do povo. (40 anos..., 2009).

O Movimento das Comunidades Populares apresenta esse período como a “primeira etapa” de sua história, numa elaboração de memória que compreende a experiência coletiva como um caminhar contínuo e cumulativo rumo à utopia comunitária. Fica implícito no jornal que o MER marcou um período em que o movimento queria caminhar junto com outros grupos da esquerda católica nesse “processo de transformação que estava havendo no meio do povo”.

A essa “etapa” seguiram-se outras, frutos de reavaliações de estratégia, que, por sua vez, são atribuídas pelos ativistas às transformações conjunturais pelas quais o Brasil passou durante a trajetória da coletividade. Assim, uma década após a fundação do MER, o movimento explica da seguinte maneira a proposta de mudança:

A partir de 1979, com a abertura política que começou a haver no país, os militantes do MER resolveram priorizar a ação em sindicatos e associações. Com isso, foi se criando uma Corrente de Trabalhadores Independentes (CTI), que mais tarde substituiu o MER.

Com a CTI, o movimento deixou de ser apenas um movimento camponês (de pequenos produtores) e passou a se expandir para as áreas de assalariados rurais, das periferias das cidades e para o interior das fábricas. [...] Essa atuação sindical e nas associações foi prioridade até 1989. (40 anos..., 2009)

Se, no início, o MER atuava tanto em sindicatos como em comunidades eclesiais de base em áreas rurais, observa-se que a partir da década de 1980 os

sindicatos passaram a ser o espaço privilegiado. Ao mesmo tempo, ocorreu uma expansão para as áreas urbanas. A isso corresponderia a “segunda etapa” do movimento, caracterizada pela paulatina mudança de nomenclatura: Corrente Trabalhadores Independentes (CTI). Nesse período, muitos militantes abandonaram suas pequenas propriedades e se converteram em assalariados rurais. Outros saíram das áreas rurais e foram trabalhar em fábricas, como verdadeira prova de bravura e entrega à causa defendida pelo movimento em seu processo de expansão. Entre eles, também ex-freiras e ex-padres abandonaram sua vida de religiosas/os e tornaram-se trabalhadoras/es manuais. Como boias-frias, operárias e operários organizaram sindicatos, assumiram direções de entidades, mobilizaram greves e outras lutas visando à conquista de direitos trabalhistas. Foi um período marcante da história da coletividade, com a organização de grandes mobilizações, como a luta pela previdência do trabalhador rural, que tomou conta do país entre 1980 e 1983. Porém,

A década de 80 foi chamada década perdida para a economia brasileira porque a cobrança dos juros da dívida externa provocou paralisação da economia, gerando inflação e desemprego. No início da década de 90, a situação se agravou com a total abertura do mercado provocando quebra de indústrias, aumento do desemprego. [...]. Os sindicatos perderam seu poder de mobilização, sua força. Passaram a compor comissões de negociação burocráticas, para manter direitos já conquistados ou negociar um número menor de demissões.

A partir da análise dessa realidade, o Encontro Nacional definiu priorizar os setores mais sofridos do povo – desempregados, peões de fábrica, moradores da periferia das cidades, assalariados rurais e camponeses pobres. (Quem somos..., 2006).

Como se observa no texto reproduzido, a partir de 1990, depois de mais um encontro de avaliação da conjuntura, os militantes optaram por focar seu trabalho nas periferias urbanas e rurais, deslocando-se do espaço de trabalho para o espaço de moradia. Criaram as comissões de luta e, através de pesquisas, identificavam os problemas dos bairros e favelas e conduziam lutas reivindicatórias junto às autoridades e órgãos públicos. Transformaram-se no Movimento das Comissões de Luta (MCL), e nesta nova “etapa” estavam interessados na “luta forte”: ocupações de terras, de imóveis abandonados, de terrenos e de órgãos públicos, bem como manifestações de rua, entre outros

mecanismos de ação coletiva para exercer pressão política direta, visando interesses específicos das áreas pobres onde viviam e militavam.⁴

Aos poucos, porém, consideraram necessário se enraizar nas regiões onde atuavam, criando primeiramente grupos de esporte e lazer. Com a ampliação desses trabalhos, adotaram as “comunidades populares” como lócus da efetiva transformação social. Mais do que exigir das autoridades, queriam agora fazer pelas próprias mãos. Assim, o movimento se converteu no Movimento das Comunidades Populares (MCP), desenvolvendo aos poucos sua feição e suas estratégias atuais. O novo nome foi formalizado em Assembleia Nacional, no dia 11 de agosto de 2011, em Feira de Santana, na Bahia, sede do movimento.

Essa é a maneira como o movimento apresenta atualmente sua constituição e desenvolvimento históricos – em etapas sucessivas caracterizadas pela mudança de foco, atuação e nomenclatura. Quanto aos sujeitos por trás desses feitos – que se aproximaram desse movimento social e nele se engajaram por diferentes motivos –, esta pesquisa buscou melhor entendê-los não apenas por meio dos registros impressos, mas também, e principalmente, através da produção e análise de fontes orais.

“Os mais interessados” do movimento

*Há pessoas que lutam um dia e são boas,
há outras que lutam um ano e são melhores,
há aquelas que lutam muitos anos e são muito boas,
mas há pessoas que lutam a vida toda,
estas são imprescindíveis.*

(Bertold Brecht)

A poesia de Brecht avalia o envolvimento político e a importância das pessoas engajadas nas transformações sociais a partir da longevidade de seus vínculos com os movimentos sociais e as organizações políticas. O tempo de

4 A ideia de “luta forte” como estratégia adotada pelo MCL aparece no roteiro de preparação para a Atividade Nacional de 1990, encontro no qual ela foi pioneiramente apresentada como proposta para toda a militância. Esse documento, de 86 páginas, se encontra arquivado na sede da Comunidade Popular Sítio Matias, em Feira de Santana (BA).

vida dedicado ao trabalho político normalmente é um indicador do comprometimento de um/a militante. No Movimento das Comunidades Populares há espaço para muitas formas de engajamento. Uma expressão utilizada pelos próprios ativistas indica um certo grau de envolvimento: “os mais interessados”. Essa nomenclatura, porém, assumia diferentes sentidos em diferentes contextos presentes na documentação pesquisada (Penna, 2016).⁵ Confundir-se-iam “os mais interessados” com as novas gerações de dirigentes? Seria toda pessoa envolvida com algum trabalho do movimento um “mais interessado”? Definitivamente, não foi simples identificar o significado dessa expressão para os militantes. Porém, através da análise dos documentos do movimento que faziam referência à ideia de “mais interessado”, e principalmente através das entrevistas, foi possível perceber que, entre os participantes do movimento atualmente, existe mais de um tipo de “mais interessado”: aquele que possivelmente será um dirigente do movimento de forma geral, e aquele que tem um forte protagonismo em uma ação específica desenvolvida pelo movimento na base.

Na pesquisa das fontes orais, a reflexão sobre alguns elementos das narrativas revela algumas características que são compartilhadas por parte dos militantes. A partir das diferenças de conteúdo das falas dos entrevistados, foi possível compreender melhor os distintos sentidos que o movimento atribui aos “mais interessados”. Uma diferença marcante diz respeito aos aspectos centrais das narrativas. De acordo com Daniel James (2004, p. 164), existe uma espécie de “padrão-chave da estrutura narrativa”. Esse padrão “reflete em aspectos fundamentais a relação do narrador com os modelos sociais dominantes. Também contém juízos cruciais de valor adotados pelo narrador para dar sentido a sua vida”. Além disso, tais padrões se inserem “em diversos modelos e dispositivos narrativos possíveis e são mediados por eles” (James, 2004, p. 164). A escolha, ainda que provavelmente inconsciente, desses modelos narrativos, estaria nos gêneros e estilos literários difundidos na cultura e literatura popular. Essas narrativas sobre experiências e histórias de vida, além de possuírem estilos próprios, possuem também um tema, um elemento central. Das entrevistas com os 27 participantes e egressos do Movimento das Comunidades Populares realizada para a minha pesquisa de doutoramento (Penna, 2016), um elemento a princípio não esperado se sobressaiu.

5 Além de assumir diferentes sentidos, algumas vezes ao termo acrescentava-se o complemento “da ação”, ou seja, “os mais interessados da ação”.

De modo geral, independentemente da perspectiva ideológica, os graus diferenciados de envolvimento saltam aos olhos de quem vive o cotidiano da militância política. Em meio aos papéis que ocupam, algumas pessoas assumem a militância como algo central em suas vidas. A partir da análise das entrevistas, reconhecendo as variadas motivações dos entrevistados, foi possível identificar elementos compartilhados nas narrativas. Com exceção das cinco entrevistas com os participantes do jornal *Voz das Comunidades*, as demais 22 foram iniciadas propondo que os entrevistados falassem de sua vida desde o nascimento até o momento em que passaram a militar no movimento. As narrativas permitem perceber características comuns àquelas que, a partir deste ponto, serão chamados de “os mais interessados em geral” (os “imprescindíveis” de Brecht, ou, dependendo da tradição de pensamento socialista, uma espécie de “minoría ativa”, “dirigentes”, “quadros” ou “vanguarda”) e “os mais interessados em uma ação específica” (os militantes de base).

Para identificar esses dois diferentes tipos de “mais interessados”, considere suas características compartilhadas e busquei realizar um “cruzamento das subjetividades”, conforme propõe Alessandro Portelli. Tive como referência alguns princípios básicos que orientaram a produção intelectual do historiador italiano especialista em oralidade, expressos na seguinte afirmação a respeito do trabalho em história oral:

O único e precioso elemento que as fontes orais lançam para os historiadores, e que nenhuma outra fonte possui em igual medida, é a subjetividade do narrador. Se a abordagem da pesquisa é ampla e articulada o suficiente, o cruzamento das subjetividades de um grupo ou classe pode aparecer. As fontes orais nos dizem não apenas o que as pessoas fizeram, mas o que elas queriam ter feito, o que elas acreditavam estar fazendo e o que agora elas pensam ter feito. (Portelli, 1991, p. 50, tradução livre).

A fonte oral é uma espécie de coprodução que une entrevistador e entrevistado. Nesse sentido, quem oferece o conteúdo fundamental da entrevista é o entrevistado, mas é o entrevistador quem o direciona. No caso desta pesquisa sobre o MCP, perguntei sobre a trajetória das/os entrevistadas/os antes de seu engajamento político. Portanto, posto que as/os entrevistadas/os sabiam que meu objetivo era conhecer o movimento, é natural que buscassem focar sua fala na atuação política que desenvolveram e/ou desenvolvem.

Porém, como pude perceber, entre aqueles militantes mais engajados, mesmo quando perguntados sobre sua vida anterior à entrada no movimento, a narrativa muitas vezes partia quase que automaticamente para a militância. Assim, a vida na infância, na escola, a convivência doméstica são praticamente, ou mesmo completamente, abolidos da narrativa. Quando isso não ocorre, a menção a acontecimentos da infância, por exemplo, tem por função no interior da narrativa justificar o envolvimento posterior nas lutas sociais assumidas pela pessoa. Um exemplo que me pareceu emblemático foi o de Jair Ferreira de Lima nos momentos iniciais da entrevista:

Eu sou do interior de São Paulo, da cidade de Iguapiara. A minha família é da área rural, né. E vivi onze anos na cidadezinha próxima lá, e não tinha contato com nenhuma entidade, assim, com trabalho com o povo, como o sindicato... mas entidade, assim, eu não tinha contato. Aí voltando pra Iguapiara novamente – a gente voltou depois de onze anos –, daí que eu passei a participar do sindicato e através do sindicato eu conheci na época a CTI. (Jair Ferreira de Lima, 2012).

Jair, atualmente com 52 anos, é militante do movimento desde a época em que focava sua atuação no campo sindical, em meados da década de 1980, na Corrente Trabalhadores Independentes, criando novos sindicatos, compondo direções ou disputando as direções que eram identificadas como corruptas e pelegas. Mais tarde, no período em que o movimento passou a focar seu trabalho nos bairros de periferia, tornando-se MCL, Jair foi transferido para Acreúna (GO), motivado por união matrimonial. Aí, no seu pouco tempo disponível – visto que tem longa jornada de trabalho em uma usina de processamento de cana-de-açúcar da região –, ele é responsável por coordenar o minibanco popular do movimento (Grupo de Investimento Coletivo – GIC) e ajuda na organização da comunidade de modo geral.

Outros militantes em Acreúna, ainda que muito dedicados a seu trabalho de base, apresentam narrativas bastante diferentes, mesmo tendo sido feita a mesma proposta de contar sobre suas vidas até a entrada para o movimento. Um desses casos é o de Luís Felix Miranda, atualmente com 61 anos, participante do movimento desde 2004, quando o trabalho nas comunidades já era foco do Movimento das Comissões de Luta (MCL). Luís já trabalhava voluntariamente com times de futebol para crianças na cidade e se agregou ao movimento, que tinha como um dos seus objetivos atrair a juventude

para a militância através do esporte. Sua entrada para o MCL se deu através de Íris Maria Salazar Reis, uma verdadeira mobilizadora do MCP e uma das principais responsáveis por articular e organizar a Comunidade Popular de Acreúna. Diferentemente da narrativa de Íris, conforme veremos mais adiante, a de Luís não tem como foco o trabalho militante clássico de mobilização política, baseado em táticas e estratégias para a transformação geral da sociedade. Luís identifica problemas que deseja combater, certamente, mas além das fortes e detalhadas lembranças da migração de Minas Gerais para Goiás, o centro da sua narrativa é o amor ao futebol e à juventude, mais especificamente às crianças:

A gente via na rua as oportunidades para treinar num time, que são só, praticamente, para os que podem pagar, né! [...]. Então aqueles que não podiam pagar ficavam de fora e eu achava aquilo uma injustiça, porque mesmo com muita dificuldade eu passei até pelo futebol amador, aqui pelo estado de Goiás, eu joguei na segunda divisão do futebol goiano. Então eu sentia que eu podia ajudar as crianças [...]. Inclusive eu fui artilheiro do futebol goiano, com 22 gols em 1976 [...]. Eu vim aqui pro movimento pra mexer com futebol. (Luís Felix Miranda, 2012).

A fala de Luís diz tanto sobre suas paixões como sobre a abertura atual do Movimento das Comunidades Populares para a entrada de pessoas com interesses de atuação específicos, assumindo funções de peso, mas não se encaixando naquele protótipo de militante já completamente enquadrado na teoria revolucionária e na estratégia abraçadas pelo MCP.

Outro caso é a entrevista de Edinair Ferreira dos Santos Silva, atualmente com 50 anos, militante de base, responsável pelo trabalho com “religião libertadora”. Muito carismática e comunicativa, com papel de destaque nas reuniões, Edinair tem como foco na sua narrativa a família, que é ainda mais onipresente do que o futebol é para Luís. Ao analisar o significado do movimento, afirma:

Eu acho que o movimento foi criado, sei lá, para acabar um pouco com o sofrimento do povo, porque o povo é desunido. Mas a gente tem um grande poder na mão, mas não sabe. Quando você tá unido, a união faz a força, você se sente mais forte na união, então é igual, assim, quando a gente criou o Dia das Mães, a gente criou o Dia da Família. Porque quando

uma mulher vai ganhar neném, ela vai ter que pagar, ou então você fica lá, se não tiver condição. Aí não, quando ela [Íris] ganhou, ela mesma que fazia rodízio a semana inteira. A gente vinha para cá no salão e marcava quem é que vai pegar tarefa para cuidar. Então você ficava despreocupada, você ganhou neném, não precisa se preocupar. Alguém vem cá, hoje é eu, amanhã é fulana, depois é a Luza, depois é a Íris e faz o rodízio, e ninguém se aperta e você não está sozinho. (Edinair Ferreira dos Santos Silva, 2012).

O “não estar sozinho” (a união) é fundamental na narrativa de Edinair e corresponde, para ela, à ideia de família, seja a de sangue (“o sangue pesa, disso eu sei”) ou o movimento social, que aparece como uma extensão, uma ampliação da família, conforme se percebe em diversos trechos de sua fala: “O amor que eu tenho na Íris olha lá que eu não tenho na minha irmã de sangue”; “No movimento, quando você chega perto de uma pessoa do movimento, você não é estranho porque você fala a mesma língua”; “A pessoa te chamava pelo nome, te conhece sem ter te visto”. Essa necessidade da família “de sangue” e da comunidade que elegeram como ampliação da família, demonstra que nem sempre as duas “famílias” são compatíveis, e esse é outro elemento central da sua narrativa, a dificuldade em conciliá-las:

A maior dificuldade da gente participar do movimento é a família de sangue da gente [...]. Quando a família apoia é muito bom, mas quando a família não apoia é mais complicado. (Edinair Ferreira dos Santos Silva, 2012).

Além disso, ela fala dos encontros de que participou e foca sua conversa nas pessoas com quem conviveu durante esses eventos. Visivelmente, as relações pessoais e cotidianas são muito importantes para a entrevistada. É possível até que na narrativa de Edinair apareçam mais elementos da vida privada de Íris do que na narrativa da própria Íris.

Luís é certamente o mais interessado em futebol e conseqüentemente o que mais se dedica a isso na Comunidade Popular de Acreúna. Edinair se preocupa com a união na comunidade, em fazer dela a ampliação de uma família. Certamente cada um deles é imprescindível no trabalho que faz. São assim os “mais interessados” em ações específicas. Não são militantes que irão “tomar a frente” na condução do movimento, aqueles que para Brecht são os “imprescindíveis” – ou, neste contexto, “os mais interessados” dos “mais interessados” –, que muitas vezes “esquecem” de falar sobre a grande parte de

sua vida pessoal que não está diretamente relacionada à trajetória do movimento; “esquecem” que se casaram, que tiveram filhos, que estiveram doentes. E, às vezes, quando porventura mencionam esses aspectos, o peso disso para a narrativa é quase como o de uma vírgula: uma pausa entre elementos significativos. Para esses indivíduos, a participação política, se não é elemento central em suas vidas, no mínimo ocupa um papel de grande destaque para configurar aquilo que consideram como elemento fundamental na constituição do “eu”. Por isso, parece natural eles se perguntarem de onde vem isso: “Por que somos assim?”; “Como e quando formamos nossa personalidade e nossa consciência social e política?”.

“Os mais interessados” e o “mito fundador” da revolta

A resposta sobre o porquê de certos aspectos se apresentarem na nossa vida como centrais não é tão facilmente respondida. Buscar no passado a maneira e o momento em que entendemos que algo passou a se destacar como fundamental em nossa existência – como a militância – é o recurso mais comumente empregado. Esse é o papel do chamado “mito fundador” para Alessandro Portelli. Em *O melhor lixeiro da cidade: vida e tempos de Valtèro Peppoloni, trabalhador*, Portelli discute e analisa a narrativa de Valtèro Peppoloni, trabalhador italiano, militante de base filiado ao Partido Comunista. As “aventuras” e demonstrações de bravura desse trabalhador são certamente uma das leituras mais intrigantes do livro do historiador italiano, encabeçado por *A morte de Luigi Trastulli* (Portelli, 1991). No depoimento de Peppoloni, ele se apresenta como um rebelde, uma pessoa que durante toda a sua vida foi sensível às injustiças sociais e que reagiu sempre de maneira enérgica e muitas vezes até agressiva às situações que identificou como injustas. Isso, porém, teve um início, um momento que o narrador identifica como a origem do seu modo de ser frente à vida:

‘A fazendeira era terrível, uma verdadeira assassina’, disse Peppoloni. ‘Éramos três crianças, minhas irmãs trabalhavam como empregadas na casa e nossa pobre mãe trabalhava num pequeno pedaço de terra dividida’. Havia um pomar e Peppoloni diz que as frutas eram ‘meio a meio com a fazendeira. Mas as melhores frutas eram dela. De cada três árvores, ela dizia ‘duas são minhas e a outra é para dividir’. O fato é que uma noite – eu me lembro

bem, eu sempre me lembro! – havia uma linda árvore de damascos, e então eu e um amigo – minha mãe me repreendeu por isso depois, mas não havia mais nada que ela pudesse fazer... eu levantei no meio da noite com meu amigo e nós limpamos aquela árvore. Então levamos os damascos para o Ernesto's, uma sorveteria na Rua Garibaldi, e vendemos eles. Uau! Eu dei para minha mãe parte do dinheiro depois'. (Portelli, 1991, p. 119).

Portelli ouviu em vários outros depoimentos de pessoas naquela região casos como aquele de roubar frutas e percebeu que isso se relacionava à maneira como o indivíduo entendia seu desenvolvimento pessoal. Assim, ele comparou essa narrativa de Peppoloni à de Iginio Vella, para quem o roubo estava relacionado a uma “peripécia da juventude: você não foi jovem se não tiver roubado frutas ao menos uma vez” (Portelli, 1991, p. 131). Porém, para Peppoloni o roubo das frutas “prepara seu futuro conhecimento das injustiças sociais, o qual naquela época ainda era implícito” (Portelli, 1991, p. 131). Dessa maneira, a história funciona como um mito fundador, pois destaca a origem de um aspecto formador de sua personalidade.

Da mesma forma, com esta pesquisa constatei que não são incomuns nos relatos das/os militantes mais engajadas/os no MCP histórias que funcionam como mitos fundadores de sua relação com a política e as lutas sociais. É possível que todos tenhamos mitos fundadores relacionados àquilo que é central para compreendermos nossa existência e nosso papel no mundo. Esses mitos não são mentiras ou falsificações, como a princípio se poderia inferir. A palavra “mito” é usada no sentido de uma narrativa de caráter simbólico que tem por objetivo explicar a origem de alguma coisa. No caso destes “mitos fundadores”, eles buscam explicar, a partir da memória dos sujeitos, momentos de sua existência que deram origem à sua rebeldia ou à sua militância propriamente dita.

Em entrevista concedida em 2011 a Tatiana Tramontani Ramos, para a *Revista Território Autônomo*, Gelson Alexandrino, militante do MCP no Rio de Janeiro desenvolveu a seguinte narrativa:

Eu trabalhava na roça e eu era, assim, muito preocupado com as injustiças. Eu não gostava das injustiças. Minha mãe teve doze filhos, seis homens e seis mulheres, e ela comprava o leite, um litro de leite, pra todo esse pessoal. Aí botava bastante água, né! E era caro o leite. E eu achava aquilo uma injustiça: como é que pode? Tinha que comprar um litro de leite... e

aí o fazendeiro que tinha leite à vontade... sabe? Eu ficava revoltado com aquilo. Uma vez eu me acordei, era de madrugada, aí fui nas fazendas... [...] Novinho! Eu tinha o que 11 anos de idade acho, por aí. Os bezerros dormem separados das vacas pra poder acumular o leite. E aí eu peguei, aí em tudo quanto é fazenda, abri as porteiras e botei os bezerros pra dentro. Isso sem discutir com ninguém. Só com a minha revolta com aquilo. Já era revoltado porque os bezerros ficam lá sem leite e aquele leite é vendido caro pras pessoas. E aí foi um assunto que chamou atenção. Nunca ninguém ficou sabendo. Depois eu analisando sozinho, eu era revoltado. (Ramos, 2013, p. 54-55).

Essa entrevista configura um exemplo perfeito de mito fundador da revolta contra a injustiça, tal como aquele memorado por Peppoloni. Gelson Alexandrino da Silva é um destacado militante do MCP; originário da Paraíba, foi responsável por fundar o movimento em Alagoas, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Em quase quatro horas de entrevistas a mim concedidas, como um bom exemplar de narrativa dos “mais interessados”, sua história se confunde quase que completamente com a história do movimento, ao qual está de alguma forma vinculado desde os 15 anos de idade, pois, mesmo antes da fundação do Movimento de Evangelização Rural, ele se envolveu nos trabalhos da Juventude Agrária Católica em Boqueirão dos Coxos, hoje Igaraci, Paraíba. No livro de memórias do grupo de dissidentes que rompeu com a direção do movimento na década de 1980, Gelson é caracterizado como um “desbravador” (Santos, 2010, p. 41), por ter sido transferido de estado ao menos três vezes durante sua trajetória para iniciar novas frentes de trabalho em regiões onde ainda não havia atuação. Afeito ao diálogo, Gelson é responsável pela articulação com outros agrupamentos políticos, entre muitos outros trabalhos que desenvolve. Ele foi a porta de entrada para que eu conhecesse o Movimento das Comunidades Populares.

Íris Maria Salazar Reis, já mencionada anteriormente, é outra militante com enorme destaque no movimento. Atualmente com 47 anos, aos 16 ela passou a integrar o movimento, que então se denominava Corrente dos Trabalhadores Independentes. Transferida diversas vezes, Íris foi uma das principais responsáveis por organizar a Comunidade Popular de Acreúna. Respeitada e reconhecida por toda a comunidade. Como outros ativistas, ela busca compreender as origens de sua ânsia por justiça e sua narrativa se confunde com a história do movimento. Percebe-se na sua fala que diversas vezes

o sujeito individual aparece, mas é logo a seguir substituído por um sujeito coletivo como “nós”, “a gente” ou “o povo”. Depois que Íris falou a respeito de sua caminhada de aproximadamente cinquenta quilômetros para participar das reuniões que aconteciam aos finais de semana no sindicato rural, perguntei de onde vinha tamanha motivação para fazer aquilo, e ela respondeu:

Primeiro que eu gostava de estar junto, junto com o povo. E eu achava que tinha que ter justiça. Desde pequena eu via muito meus pais sofrerem [...]. Então, eu acho que dentro do meu sangue, assim, minhas veias, foi sempre por justiça. [...] eu lembro que eu conheci os engenhos [...]. Eu sou descendente de escravos e de índios. E eu acho que eu sempre lutei por justiça. Assim, quando eu era pequena, com oito anos, por aí, eu via sempre que meu pai trabalhava tanto junto com outro companheiro, e quando chegava a época de cortar o arroz, os gados dos fazendeiros vinham e comiam a roça. Imagina! Ah, mas aquilo eu não aguentava. E aí então o pessoal começou a desenvolver várias lutas lá. Fazer armadilhas para pegar os gados. Ficar de tocaia de noite e matar os gados. Quando começou a parar esse negócio de invasão dos gados nas roças foi quando o povo começou a matar [...]. O povo mesmo não tinha ninguém para ajudar. (Íris Maria Salazar Reis, 2012).

Como se observa no trecho acima, ao avaliar hoje o momento inicial de sua inquietação e revolta frente às injustiças, Íris o situa em sua infância, como decorrência das experiências familiares. Mesmo se destacando ao longo de toda a sua trajetória como uma pessoa de iniciativa e mobilizadora, o ato de bravura do mito fundador que ela descreve não foi uma ação sua, individual. O interessante é que não se trata da narrativa de uma pessoa passiva, antes o contrário. Íris é, sem dúvida, uma mulher de ação, destemida, mas assumiu como mito fundador uma situação em que o protagonista foi “o povo”. É muito presente no seu relato o orgulho de pertencer ao povo e estar em meio ao povo; esse orgulho está diretamente ligado à sua militância, mas em alguns aspectos transborda a atividade essencialmente política. Tal aspecto ficou evidente quando ela contou, com imenso prazer, sobre sua experiência no trabalho de boia-fria no canavial. Apesar da dureza e da exploração do trabalho, Íris falava sorrindo, rindo em alguns momentos, e dizendo que era divertido. Era divertido porque ela estava “junto com o povo”, o povo oprimido que ela valoriza e ao qual ela se orgulha de pertencer, como “descendente de escravos e de índios”.

Observando as trajetórias individuais de Íris e de Gelson, de Luís e de Edinair, percebemos que elas não apenas expressam a subjetividade dos narradores, como também revelam marcas dos diferentes períodos de ingresso desses militantes no movimento. Tanto Íris como Gelson se envolveram com a política muito jovens e, além disso, em períodos marcados por uma doação total à militância. Ele viveu a transição da JAC para o MER (final da década de 1960 e início da de 1970) e ela começou a militar no período da CTI (meados de 1980) quando o trabalho pesado como assalariados rurais e a organização e luta sindicais davam a tônica da ação política adotada pela Corrente Trabalhadores Independentes. Já Luís e Edinair passaram a militar na maturidade, tiveram grande parte de sua trajetória de vida alheia ao movimento social. Expressam a nova forma de fazer política que, pouco a pouco, desde a década de 1990, foi tomando forma, inicialmente no Movimento das Comissões de Luta, e se consolidou com o Movimento das Comunidades Populares. Agora, militantes “mais interessados” em ações específicas, que também se dedicam à “família de sangue” ou ao futebol, tornam-se também “imprescindíveis” na nova estratégia visando à utopia comunitária.

A experiência “indireta” da injustiça

Partimos agora para os depoimentos de Iolanda Menta Giasson e de Zildo Antônio Giasson. Quando entrevistei o casal, ambos eram professores aposentados e viviam em Lajeado, no Rio Grande do Sul. Iniciaram a militância na Igreja Católica. Ele foi padre, ela freira. Já não eram mais membros do movimento desde o final da década de 1980, mas pertenceram ao Movimento de Evangelização Rural e à Corrente Trabalhadores Independentes, em seu período inicial.⁶ Zildo e Iolanda, quando entrevistados, tinham afinidade com o Partido dos Trabalhadores. Ela também estava engajada no movimento de mulheres, e afirma:

6 Por volta de 1987, o grupo se dividiu entre aqueles que acatavam as decisões tomadas pela direção do movimento relativamente à sua independência política frente às eleições e aos partidos eleitorais e aqueles que desejavam uma aproximação com o Partido dos Trabalhadores. Outro elemento de ruptura dizia respeito à participação exclusiva de trabalhadores pobres no movimento, com o afastamento das pessoas de classe média para a função de apoio. Zildo e Iolanda, junto com outros militantes, deixaram o grupo nessa época.

Na verdade, nós éramos gente que não iniciamos no movimento. Nós éramos pessoas que tínhamos trabalho de base, pessoas sonhadoras, muitos de nós motivados pelo Evangelho, pela religião, que buscávamos uma sociedade mais justa, segundo o Evangelho, e que não encontrávamos no Evangelho uma explicação sobre as causas dos problemas, sobre as causas das diferenças sociais, sobre as causas da miséria de uns e da opulência de outros. Isso a gente buscou muito no Evangelho. Eu cheguei a entrar no convento em vista de arrumar um grupo pra trabalhar, porque nós trazíamos isso de família, essa questão do social. Não que a minha família, por exemplo, e nem a do Zildo... não entendiam de transformação da sociedade, mas... (Iolanda Menta Giasson, 2013).

Zildo prossegue:

Mas tinha muita ligação com os pobres. Minha mãe mandava levar um prato de sopa pra uma família e pra outra. A gente vivia no meio. Nossas famílias não eram propriamente pobres. Meu pai era um pequeno artesão até com algum destaque no trabalho. Não que tivesse muita renda; muito pouca, com oito filhos a família era pobre, mas tínhamos o que comer, o que vestir, e tudo mais. E a gente vivia em meio a pessoas mais pobres, e havia aquela preocupação de ajudar sempre, para que elas não sofressem: levar uma roupa, levar uma comida, coisas assim. Então a gente tinha uma sensibilidade social muito grande. Aí quando eu saí e fui trabalhar em Bom Jesus – que é uma cidadezinha no interior – como professor, aí aquela ideia, aquela coisa de ver pobres que não podiam estudar, ou que vinham para o colégio e não tinham o que comer, o que vestir, aquilo me tocava muito. Então comecei por aí, me perguntando: ‘Mas por que existe tanta pobreza?’, ‘Por que existem os pobres?’. Era uma preocupação que a gente levava então de berço, de família, e queria fazer alguma coisa para melhorar. (Zildo Antônio Giasson, 2013).

Conforme observamos no relato, a sensibilidade frente aos problemas sociais surgiu de uma experiência indireta da pobreza, ou seja, não eram eles próprios pobres, mas conviveram com a pobreza e foram emocionalmente afetados por ela. A forma inicial que encontraram para lidar com o sentimento de injustiça foi através da religião. Iolanda, por exemplo, justifica sua entrada para o convento como uma maneira de, junto com outras pessoas,

combater o problema da desigualdade social. No entanto, se dentro da Igreja eles podiam desenvolver “alguma coisa para melhorar” a vida daquelas pessoas que se encontravam em situação de miséria, por outro lado não encontravam no Evangelho a explicação para os problemas a serem resolvidos. Não havia nos textos sagrados, que eram a sustentação para o agir social destes dois sujeitos, nenhuma explicação da origem da injustiça. Em outros momentos da entrevista, Iolanda novamente voltou a essa questão, enfatizando que, para ela, essa preocupação era frequente, que ela procurava respostas na Bíblia, mas não encontrava. Apenas o marxismo teria lhe ofertado essas respostas. Ainda assim, estava no Evangelho o horizonte, a utopia: “a sociedade mais justa”, fraterna e igualitária.

Envelhecer na luta: esperanças e frustração

José Bezerra de Araújo, hoje com 72 anos, é um militante muito reconhecido por sua dedicação abnegada, pela presença frequente em muitas reuniões políticas, campanhas e grupos de articulação no Rio de Janeiro. Foi sua a última entrevista feita para esta pesquisa. Nascido no interior de Pernambuco, em Venturosa, seu Bezerra, como é conhecido, apresenta a origem da sua consciência política e social de forma bastante semelhante às de Íris e de Gelson: entrou em contato com a exploração pela vivência direta, dele, de sua família e vizinhos:

Meu pai trabalhava numa fazenda e eu via as pessoas que trabalhavam na fazenda, pessoal tudo pobre e o fazendeiro rico, né! Eu ficava observando, por que aquela diferença, se não tinha uma forma de resolver. (José Bezerra de Araújo, 2015).

Mas, apesar de marcante em sua narrativa, essa “origem” – a questão da exploração vivenciada especialmente por seu pai, que sofria por trabalhar arduamente a troco de quase nada – não chega a operar exatamente como um mito fundador na narrativa de Bezerra. Ele virá em outro episódio, que revela também outros elementos centrais de sua narrativa:

Em 1963, com 18 anos, eu vim aqui para o Rio de Janeiro, mas sempre pensei muito, sempre fui de pensar nas diferenças, né! Sempre achava que tinha

uma forma de melhorar essa situação. Eu lembro que na vez que eu assisti eleição lá em Pernambuco, eleição para governador – e eu não votava, era moleque e tudo, mas eu já ficava vendo as campanhas lá –, e eu achava: ‘Poxa, será que de repente alguém vai melhorar?’. Então nessa eleição foi Jarbas Vasconcelos e Cid Sampaio, até lembro dos nomes deles. Eram os políticos da época... E não mudou nada, tudo continuou do mesmo jeito, e fui vendo, né! E a solução foi sair de lá e vir pro Rio de Janeiro, porque não tem uma família de lá que não tenha parente no Rio de Janeiro e São Paulo. (José Bezerra de Araújo, 2015).

Note-se que o motivo fundamental para contar esse episódio de sua vida foi o de apresentar uma esperança de mudança que foi frustrada. A própria vinda para o Rio de Janeiro, a emigração forçada do Nordeste, revela essa desilusão com os “políticos da época”, incapazes de mudar a situação. Poderia ser um pequeno caso, mas é este o tom que assume toda a narrativa: um padrão marcado pela ilusão, decepção e luta, apesar de toda a dificuldade:

Eu vim morar no Jacarezinho, uma das maiores favelas do Rio de Janeiro, morando na casa de um primo meu. E o governo era o João Goulart [...]. Ele tinha muitas propagandas de que ia melhorar a vida do trabalhador. E nesse ano mesmo de 1964, ele aumentou o salário-mínimo, deu um aumento do salário-mínimo de 100%. Dobrou o salário-mínimo, né! E tudo aquilo ali foi uma afronta para o sistema capitalista, e ele com essa tendência socialista. Só que a gente achava que ia mudar mesmo. Mas só que eu não entendia muito, eu era novo, não tinha muita experiência, e a realidade é que essa mudança não veio. Pelo contrário, veio a decepção, com o golpe militar nesse mesmo ano, abril de 1964, 1º de abril de 1964. E então como eu era um sonhador, estava sonhando com essas possibilidades desse governo na época, então a gente caiu numa depressão enorme, mas já achava que tinha que fazer alguma coisa para melhorar. Nesse período ainda cheguei a ir, no dia do golpe, cheguei a juntar com o pessoal do Jacarezinho e fomos pro sindicato dos metalúrgicos... (José Bezerra de Araújo, 2015).

Observamos como Bezerra apresenta sua esperança nas políticas de João Goulart que afrontavam o capitalismo, mas ele então era “novo, não tinha muita experiência”, e mais uma vez se iludiu. O golpe veio e foi o fim das esperanças. Para Bezerra, um militante extremamente ativo e engajado,

a desesperança não pode ser motivo para desistir da luta, mesmo que porventura a vitória represente uma ilusão. Seguindo sua narrativa, contou que naquele período triste da história do Brasil, ele, que tanto gostava de política, não podia lutar contra as injustiças. Ainda que não fosse propriamente militante quando era um jovem de apenas 18 anos, identificamos na fala que ele já conhecia sindicatos e tentava se aproximar de pessoas que deles participavam. Quando ocorreu a abertura democrática, conta, “as forças de esquerda começaram a se ativar, os sindicatos que eram pelegos começaram a trocar suas diretorias”. Em 1989 ele começou a frequentar assembleias do sindicato dos metalúrgicos. Trabalhava na empresa Steel Eletrônica há três anos quando foi demitido por sua incipiente atuação sindical. A demissão, ao invés de afastá-lo da política, foi o que o lançou com maior intensidade na militância; conseguiu outro emprego, se engajou no sindicato, participando de diversas greves, até que conheceu os companheiros sindicalistas Augusto e Gelson. A partir do contato com esses dois militantes, Bezerra ingressou no movimento que na época estava na transição da Corrente Trabalhadores Independentes para o Movimento das Comissões de Luta. Realizou inúmeros trabalhos: organizou, por exemplo, o movimento em Manguinhos por melhorias de saneamento na comunidade, fazendo ocupações de prédios abandonados e terrenos e apoiando outros grupos, como a Frente Internacionalista dos Sem Teto (FIST), nessas ações; colaborou também na estruturação do Grupo de Investimento Coletivo, o minibanco do MCP nas Comunidades Populares. Bezerra é um militante incansável. Mas, apesar das muitas vitórias do movimento que apresenta na narrativa, seu grande e não resolvido conflito interno é o de fazer a luta apesar das decepções. Além do esforço pela mudança política, elemento central na sua vida, a preocupação com o “cansaço” da militância marca o depoimento:

Mas a gente acredita que se chegar mais gente aí, se chegar mais gente pensando a mesma coisa, a gente pode avançar; se chegar mais gente, se não, com as pessoas que tá, a gente tem a preocupação das pessoas cansarem e sair do movimento. Igual a esquerda, quando terminou a ditadura, achava que ia mudar o país, mas quando viu que era difícil, desistiu [...]. A esquerda hoje não existe mais, faz o que a direita fazia também, são muito fracos da mente, desistiram com muita facilidade, e a gente acreditava que eles não iam desistir, mas desistiram cedo. Agora o povo está aí, sem referência [...]. A referência que o pessoal tem é de que não tem mais jeito. Só tem ladrão,

só tem espertalhão. Então as pessoas querem ser um também, se tiver oportunidade, vão ser um também. É muito triste isso, essa conclusão. Isso por causa das lideranças que deram pra trás e saíram do meio do povo [...]. E a gente acredita nessa insistência das pessoas e que outras pessoas possam chegar também, e a gente juntar força, e com o tempo fazer o povo ver uma perspectiva, ver um rumo [...]. O povo vai morrendo de esperança, as esperanças vão morrendo e o povo junto com as esperanças... (José Bezerra de Araújo, 2015).

A conclusão da narrativa é pessimista: o povo morrendo junto com suas esperanças. A ansiedade pela extinção do “capitalismo, que é o grande mal da sociedade”, a consciência da brevidade da vida diante dos tantos esforços e desejos de mudança podem explicar esse tom. Mas a desesperança, mesmo forte, nunca é completa, pois há “os que chegam” e que, insistentes como Bezerra, podem trazer novas perspectivas.

Considerações finais

As narrativas aqui apresentadas revelam características que se cruzam, demonstrando vivências semelhantes e também diferenças e especificidades dos militantes. Conforme observamos nos relatos de Gelson, Íris e Bezerra, os três são filhos de trabalhadores rurais e sofreram na pele a pobreza. Zildo e Iolanda, por sua vez, chegaram à militância por outro caminho: o da solidariedade para com os que sofrem as injustiças. Essa diferença presente nas narrativas ajuda a compreender alguns dos elementos que levaram à ruptura sofrida pelo Movimento no final da década de 1980, que separou membros de “classe média”, muitos dos quais ex-freiras e ex-padres, e pessoas de origem mais pobre.

Gelson (67 anos), Íris (47 anos), Iolanda (77 anos) e Zildo (falecido em 2016, aos 86 anos) tornaram-se militantes ainda jovens, na adolescência, e dedicaram parcela significativa de suas vidas a isso. Edinair (50 anos) e Luís (61 anos) aderiram ao movimento já adultos e não tiveram envolvimento político anterior. Ingressaram em um período de abertura política e de enfoque na prática de trabalhos de base, na construção de Comunidades Populares nas periferias urbanas e rurais. É possível identificar, portanto, certo padrão que reflete uma semelhança entre aqueles “mais interessados”

dos “interessados”, os “mais interessados em geral”, e os “imprescindíveis” de Brecht. O tempo de envolvimento é um critério para que a atuação política apareça como central na narrativa de vida da/o militante. Mas também, como vimos, as formas de envolvimento político valorizadas pelo movimento no período em que ela/e ingressou.

Pretendi, com estas entrevistas, compreender a história de um movimento social e as histórias individuais das pessoas que o compõem. Percebi como no caso das/os dirigentes do movimento estas histórias se misturam de tal maneira que toda vivência para além da atuação política é praticamente “esquecida” em seus depoimentos. Para outras/os entrevistadas/os, aspectos da experiência pessoal que extrapolam a militância possuem importância bem mais expressiva. Temas como futebol e família ocupam um papel central em suas falas, indicando diferentes enfoques e maneiras de atribuir significado à própria vida e à participação política. Assim, a compreensão do termo “os mais interessados”, usado pelas/os militantes do MCP, tornou-se mais clara e mais complexa: identificamos uma diferenciação entre “os mais interessados” e os “mais interessados em geral”. Os primeiros, voltados a ações específicas (organização do esporte ou das atividades religiosas na comunidade, por exemplo), provam-se fundamentais para o movimento, principalmente na estratégia atual das Comunidades Populares. Já os últimos, os militantes organizadores, os “imprescindíveis” de Brecht, são aqueles para quem luta e vida se confundem. Não é à toa que essa imbricação se revele nas narrativas.

Referências

40 ANOS à procura da comunidade perdida. *Voz das Comunidades*, ano 4, n. 8, p. 3, mar. 2009.

JAMES, Daniel. *Doña Maria: historia de vida, memoria e identidad politica*. Buenos Aires: Manantial, 2004.

LÖWY, Michael. A teologia da libertação acabou? *Teoria e Debate*, São Paulo, ano 9, n. 31, abr./jun. 1996.

_____. Marxismo e cristianismo na América Latina. *Lua Nova*, São Paulo, n. 19, nov. 1989. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451989000400002>. Acesso em: 4 nov. 2017.

_____. *Marxismo e religião na América Latina*. São Paulo: Aparte, 1987. (Cadernos da Democracia Socialista, III).

_____. *Marxismo e teologia da libertação*. São Paulo: Cortez, 1991.

LUCCHETTI, Angela Neves et al. *História e organização de jovens camponeses cristãos (1947-1972)*. Rio de Janeiro: Abrace um Aluno Escritor, 2012.

PARA ENTENDER a conjuntura nacional. *Voz das Comunidades*, ano 1, n. 2, p. 16, out. 2006.

PENNA, Mariana Affonso. À procura da *comunidade perdida*: histórias e memórias do movimento das comunidades populares. Tese (Doutorado em História) – UFF, Niterói, RJ, 2016.

_____. *Margear contra a corrente*: reflexões sobre o Movimento das Comunidades Populares (1969-2011). Monografia (Especialização em Sociologia Urbana) – UERJ, Rio de Janeiro, RJ, 2013.

PORTELLI, Alessandro. A filosofia e os fatos: narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. *Tempo*, Niterói, n. 2, p. 59-72, dez. 1996.

_____. *Ensaio de história oral*. São Paulo: Letra e Voz, 2010.

_____. O que faz a história oral diferente. *Projeto História*, São Paulo, n. 14, p. 25-39, 1997.

_____. *The death of Luigi Trastulli and other stories: form and meaning in oral history*. Albany: State University, 1991.

_____. *The order has been carried out: history, memory, and meaning of a nazi massacre in Rome*. New York: Palgrave, 2003.

QUEM SOMOS. De onde viemos. Para onde vamos! *Voz das Comunidades*, n. 1, p. 2, 2006.

RAMOS, Tatiana Tramontani. “O futuro é se organizar!... A saída é se organizar de forma coletiva... aí, sim!”: entrevista com Gelson Alexandrino. *Revista Território Autônomo*, n. 2, p. 50-62, outono 2013. Disponível em: <http://files.rekro.webnode.com.br/200000069-48925498c1/TA2_Entrevista.pdf>. Acesso em: 4 nov. 2017.

RIDENTI, Marcelo. *O romantismo revolucionário da ação popular: do cristianismo ao maoísmo*. Artigo produzido para o encontro da *Latin American Studies Association*, setembro de 1998. Disponível em: <<http://www.cedema.org/uploads/Ridenti.pdf>>. Acesso em: 4 nov. 2017.

SAMUEL, Raphael. Teatros de memória. *Projeto História*, São Paulo, n. 14, p. 41-81, fev. 1997.

SANTOS, Carmil Vieira dos et al. *Em busca de novos caminhos: experiências vividas nos anos de chumbo*. Porto Alegre: Pacartes, 2010.

SOUZA, Luiz Alberto Gómez de. As várias faces da Igreja Católica. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 18, n. 52, set./dez. 2004.

THOMPSON, Paul. *A voz do passado: história oral*. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

ZIBECHI, Raúl. Poder popular nas favelas cariocas. *Outras Palavras: Comunicação Compartilhada e Pós-Capitalismo*, 20 jan. 2016. Disponível em: <<http://outraspalavras.net/brasil/poder-popular-nas-favelas-cariocas/>> Acesso em: 4 nov. 2017.

Fontes orais

ALVES, José [55 anos]. [out. 2012]. Entrevistadora: Mariana Affonso Penna. Feira de Santana, BA, 29 out. 2012.

ARAÚJO, José Bezerra de [70 anos]. [maio 2015]. Entrevistadora: Mariana Affonso Penna. Rio de Janeiro, RJ, 15 maio 2015.

BARBOSA, Inessa Lopes [28 anos]. [out. 2012]. Entrevistadora: Mariana Affonso Penna. Feira de Santana, BA, 29 out. 2012.

CARDOSO, Jailton Santos [46 anos] [ago. 2012] Entrevistadora: Mariana Affonso Penna. Feira de Santana, BA, 31 ago. 2012.

CARNEIRO, Maria Conceição da Silva [55 anos] [ago. 2012] Entrevistadora: Mariana Affonso Penna. Feira de Santana, BA, 31 ago. 2012.

FERNANDES, Ronaldo [25 anos]. [out. 2012]. Entrevistadora: Mariana Affonso Penna. Feira de Santana, BA, 29 out. 2012.

GIASSON, Iolanda Menta [74 anos]. [jan. 2013]. Entrevistadora: Mariana Affonso Penna. Lajeado, RS, 26 jan. 2013.

GIASSON, Zildo Antônio [83 anos]. [jan. 2013]. Entrevistadora: Mariana Affonso Penna. Lajeado, RS, 26 jan. 2013.

GOMES, Germano Antério [51 anos]. [ago. 2012]. Entrevistadora: Mariana Affonso Penna. Feira de Santana, BA, 31 ago. 2012.

GUEDES, Miriam [64 anos]. [out. 2012]. Entrevistadora: Mariana Affonso Penna. Feira de Santana, BA, 29 out. 2012.

JORGE⁷ [79 anos]. [abr. 2013]. Entrevistadora: Mariana Affonso Penna. São José dos Campos, SP, 19 abr. 2013.

7 Nome fictício escolhido pelo entrevistado para manter seu anonimato.

LIMA, Jair Ferreira de [47 anos]. [out. 2012]. Entrevistadora: Mariana Affonso Penna. Acreúna, GO, 6 out. 2012.

LIMA, Luzinete Alecrim dos Santos de [38 anos]. [out. 2012]. Entrevistadora: Mariana Affonso Penna. Acreúna, GO, 5 out. 2012.

MALTA, Francisco [46 anos]. [out. 2012]. Entrevistadora: Mariana Affonso Penna. Feira de Santana, BA, 29 out. 2012.

MIRANDA, Luís Felix [56 anos]. [out. 2012]. Entrevistadora: Mariana Affonso Penna. Acreúna, GO, 6 out. 2012.

REIS, Íris Maria Salazar [42 anos]. [ago. 2012]. Entrevistadora: Mariana Affonso Penna. Feira de Santana, BA, 30 ago. 2012.

REIS, João Carlos Lopes [12 anos]. [ago. 2012]. Entrevistadora: Mariana Affonso Penna. Feira de Santana, BA, 31 ago. 2012.

SANTIAGO, Elionel de Jesus Virgens [26 anos]. [ago. 2012]. Entrevistadora: Mariana Affonso Penna. Feira de Santana, BA, 31 ago. 2012.

SANTIAGO, Erian de Jesus [18 anos]. [ago. 2012]. Entrevistadora: Mariana Affonso Penna. Feira de Santana, BA, 31 ago. 2012.

SANTOS, Hilton Rodrigues dos [26 anos]. [out. 2012]. Entrevistadora: Mariana Affonso Penna. Feira de Santana, BA, 29 out. 2012.

SILVA, Edinair Ferreira dos Santos [45 anos]. [out. 2012]. Entrevistadora: Mariana Affonso Penna. Acreúna, GO, 6 out. 2012.

SILVA, Gelson Alexandrino [61 anos]. [nov. 2012]. Entrevistadora: Mariana Affonso Penna. Rio de Janeiro, RJ, 21 nov. 2012.

SILVA, Irene Joselita da [57 anos]. [ago. 2012]. Entrevistadora: Mariana Affonso Penna. Feira de Santana, BA, 31 ago. 2012.

SILVA, Valnice Santos de Oliveira [53 anos]. [ago. 2012]. Entrevistadora: Mariana Affonso Penna. Feira de Santana, BA, 31 ago. 2012.

SOUZA, Daniel Angelo de [52 anos]. [ago. 2012]. Entrevistadora: Mariana Affonso Penna. Feira de Santana, BA, 31 ago. 2012.

VIRGENS, Terezinha Silva das [70 anos]. [ago. 2012]. Entrevistadora: Mariana Affonso Penna. Feira de Santana, BA, 27 ago. 2012.

Resumo: A história oral possibilita investigar lembranças e esquecimentos individuais, assim como reunir evidências de processos coletivos de construção de um passado compartilhado. No estudo da história de movimentos sociais, essa contribuição metodológica permite trazer à tona um pouco dos sentidos e das motivações que embasam o engajamento político. Este artigo aborda a experiência específica do Movimento das Comunidades Populares (MCP), um movimento social brasileiro que organiza trabalhos comunitários em 14 estados do país, envolvendo por volta de 15 mil pessoas em cerca de 50 localidades. A pesquisa com as fontes orais teve por função contemplar a subjetividade das pessoas que construíram a história do movimento, identificando nessas narrativas tanto os elementos compartilhados quanto aqueles que revelam formas de engajamento diversas, resultado das diferentes trajetórias individuais e coletivas.

Palavras-chave: Movimentos sociais. História oral. Memória popular.

Oral History and political militancy: the case of the Popular Communities Movement (Movimento das Comunidades Populares)

Abstract: Oral history allows investigating individual memories and oblivions, as well as gathering evidence of broader and collective processes of the construction of a common past. In the study of social movements' history, this methodological contribution allows to bring to light some of the meanings and motivations that underpin political engagement. This paper addresses the specific experience of the Popular Communities Movement (MCP), a social movement that organizes community work in 14 Brazilian states, involving around 15 thousand people in about 50 places. The research with oral sources aimed to analyze the subjectivity of the people who made the history of the movement, identifying in these narratives both their shared elements and those that reveal different forms of engagement as result of the different individual and collective paths.

Keywords: Social movements. Oral history. Popular memory.

Recebido em 11/07/2017

Aprovado em 6/10/2017